

ELEIÇÕES 2016 – CONSELHO FISCAL FUNDAÇÃO CESP

PROPOSTA DE TRABALHO PARA O CONSELHO FISCAL – CHAPA UNIÃO, COMPROMISSO E TRANSPARÊNCIA

O Conselho Fiscal, como órgão essencial da governança da VIVEST, deve atuar em estrita observância à legislação aplicável às EFPC, ao Estatuto Social e aos normativos internos, preservando sua independência funcional. Sua atuação é orientada por princípios de legalidade, integridade, transparência e responsabilidade, com foco no fortalecimento dos controles e na sustentabilidade dos planos administrados.

Nossa proposta de trabalho se apoia na experiência dos conselheiros que a apresentam, combinando a atuação de membros reeleitos — que garantem continuidade e conhecimento acumulado — com a contribuição de novos conselheiros, que agregam visão renovada. Essa combinação fortalece o aprimoramento técnico, a evolução da fiscalização e a capacidade do Conselho de responder, com equilíbrio e efetividade, aos desafios regulatórios e de mercado.

A atuação será pautada pela fiscalização permanente das informações contábeis, atuariais e financeiras, assegurando conformidade normativa e aderência às melhores práticas de governança. Destaca-se, ainda, a adoção de abordagem preventiva, com monitoramento sistemático de riscos relevantes, como retiradas de patrocínio, migrações, transferências de gestão e mudanças regulatórias, reforçando a segurança jurídica e a proteção do patrimônio dos participantes.

1. Fiscalização econômico-financeira

- Acompanhar continuamente demonstrações financeiras, balanços, reservas, resultados atuariais e custos administrativos.
- Monitorar impactos financeiros e atuariais de eventos críticos (retirada de patrocínio, caducidade, migrações e transferências de gestão).
- Avaliar o equilíbrio econômico e a aderência atuarial dos planos PSAP, BSPS, BD, CV e CD.

2. Saúde e sustentabilidade patrimonial

- Fiscalizar a situação econômico-patrimonial dos planos de saúde.
- Avaliar tecnicamente a utilização do Patrimônio Social Saúde, com foco na mitigação de reajustes no médio prazo (2027–2029).
- Exigir transparência e consistência nas despesas assistenciais, administrativas e nas projeções atuariais.

3. Transparência, controle e inovação

- Promover o acesso amplo e qualificado às informações econômico-financeiras.
- Produzir relatórios periódicos, claros e acessíveis aos participantes e assistidos.
- Recomendar auditorias independentes e estudos técnicos sempre que identificados riscos relevantes.
- Acompanhar processos de transferência de gestão e seus impactos patrimoniais.
- Fiscalizar o cumprimento de obrigações decorrentes do período pré-privatização.
- Atuar preventivamente na identificação e mitigação de riscos regulatórios, financeiros, atuariais e de compliance.
- Incentivar o uso de ferramentas analíticas e indicadores de desempenho para aprimorar a fiscalização e apoiar a tomada de decisão.

Com essa abordagem, o Conselho Fiscal reforça seu papel estratégico na governança, contribuindo para a solidez institucional, a confiança dos participantes e a perenidade dos planos administrados.